

18 FEV 1997

POLÍTICA

Cardoso, Fernando GAZETA MERCANTIL Henrique

Governo avançou na área social, diz FHC

Em mensagem ao Congresso, na reabertura dos trabalhos, presidente acusa oposição de defender privilégios

por César Felício
de Brasília

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o do Congresso Nacional, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), deram ontem uma demonstração de harmonia na solenidade de abertura da nova sessão legislativa. Em sua mensagem ao Congresso, Fernando Henrique defendeu a aprovação imediata das reformas previdenciária, administrativa e tributária e, no balanço que fez de sua administração, frisou avanços no campo social e aproveitou para atacar os que o acusam de inoperante nesta área.

O liberal Antônio Carlos surpreendeu em seguida, com um discurso onde pregou "o atenuamento das desigualdades de renda". Afirmou que a votação das reformas constitucionais "é um ato de patriotismo". Bateu duro nos opositoristas, acusando-os de serem "pregoeiros do passado, derrotados no julgamento popular". Ao

terminar, mandou um recado ao Executivo, pedindo a retomada das negociações para limitar a edição de medidas provisórias. Essa foi a única aresta lembrada no relacionamento entre os dois poderes, que foi rotulado por Fernando Henrique como "excepcional na história da República "e por ACM como "de perfeita sintonia".

A solenidade, prestigiada por quase todo o ministério, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Paulo Sepúlveda Pertence, pelo governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, e pelo corpo diplomático, começou com a leitura de uma mensagem presidencial onde Fernando Henrique definiu o seu próprio governo como "o mais extraordinário ciclo de transformações vivido pelo Brasil no regime de direito".

O presidente destacou que o Brasil deverá encerrar 1997 como o quinto ano de crescimento econômico consecutivo, rompendo com



Fernando Henrique Cardoso

"a defasagem teórica dos que sempre relacionam desenvolvimento econômico com retrocesso social". O Brasil descrito pelo presidente virou a página da hiperinflação, atraiu só no ano passado US\$ 9 bilhões em investimentos externos e cortou em 40% nos últimos dois a taxa de mortalidade infantil.

Fernando Henrique prometeu

assentar este ano 80 mil famílias dentro do programa de reforma agrária, erradicar o mal de Chagas até o final de seu governo e "redefinir o papel da União e dos Estados na gestão do sistema hospitalar para sanear-lo". Realçou que, no âmbito econômico, o ano será marcado pelo avanço da privatização no setor mineral, de telecomunicações e de transportes.

Reconheceu a existência de um grave problema: o déficit do setor público atingiu 4,5% do PIB. Para combatê-lo, pediu pressa na votação das reformas administrativa e previdenciária e anunciou que a taxa de juros continuará declinante.

Ao terminar, aproveitou para estocar a oposição. "Alguns, ao atacarem as reformas, preferem agarrar-se como náufragos a privilégios. A sociedade evoluiu nestas matérias. Percebeu que não se trata de suprimir direitos, mas garanti-los a longo prazo".

Apresentadas pelo governo em

1995, tanto a reforma previdenciária quanto a administrativa estão encontrando enormes obstáculos no Congresso. A da Previdência foi aprovada pela Câmara no ano passado, mas de maneira inteiramente diferente do que o governo queria. Terá que ser totalmente re-trabalhada pelo Senado. A administrativa ainda aguarda votação em plenário, sendo que a questão da quebra da estabilidade e do teto salarial para o funcionalismo continuam não resolvidas.

Diplomaticamente, Fernando Henrique omitiu estes percalços ao destacar como "decisões mais importantes do Congresso" no ano passado a simplificação dos tributos para a microempresa, a desoneração fiscal das exportações e a votação do rito sumário para a reforma agrária. O presidente procurou se mostrar um conciliador: "As soluções dependem de ampla convergência de vontades e temos sabido abrir mão de divergências menores".